

O PROCESSO DE CONSTITUIÇÃO VINCULAR EM CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

THE PROCESS OF FORMATION OF LINK CONNECTION IN INSTITUTIONALIZED CHILDREN

Helga Zygmantas Leal¹, Grazielle dos Santos Ribeiro² e Camila Santos Lima Fonteles³

¹ Trabalho de Conclusão de Curso realizado nas Faculdades Metropolitanas Unidas. São Paulo, Brasil. E-mail: helgazygmantas@gmail.com

² Trabalho de Conclusão de Curso realizado nas Faculdades Metropolitanas Unidas. São Paulo, Brasil. E-mail: grazi_s.ribeiro@hotmail.com

³ Professora das Faculdades Metropolitanas Unidas. São Paulo, Brasil. E-mail: camilafonteles@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo principal descrever as repercussões que podem ser geradas em função do rompimento ao vínculo entre a criança e o ambiente familiar, levando-a a necessidade de cuidados em instituições de acolhimento. Trata-se de um estudo qualitativo, baseado em revisão bibliográfica, no referencial teórico da psicanálise winnicottiana. O vínculo familiar é primordial para um desenvolvimento e constituição da personalidade da criança e relaciona-se aos primeiros contatos que esta vivenciará. Porém, questões relacionadas à negligência, abandono e violência familiar levam a institucionalização de crianças e adolescentes, provocando a ruptura vincular, impactando no desenvolvimento. O abrigo tem como função a proteção integral do sujeito acolhido, mas, caso não preze pela individualidade de cada criança, poderá dificultar a formação de novos vínculos sociais. As repercussões em torno da ruptura do vínculo familiar, vão desde sentir-se rejeitado, culpado, sensação de não merecimento de afeto, além de questionamentos sobre sua história de vida.

Palavras-chave: Crianças, abrigo, vínculo, família, Winnicott.

ABSTRACT

This work aims at describing the consequences when the connecting link between a child and its family breaks down, resulting in the need for child care within institutionalized shelters. Carried out as a qualitative study, the work was based on literature review focusing on the Winnicottian psychoanalysis theoretical constructs. Family links are essential for the development and the constitution of the personality of a child; such links are commonly related to the first contacts the child will ever make in its lifetime. However, negligence, abandonment and home violence may lead to the institutionalization of children and adolescents, which in turn provokes a rupture in the connecting link. This will significantly impact the child development in the coming years. The shelter has the main function of protecting the individual who will be under care. Nevertheless, in case the individuality of the child is not fully considered, such a place may hinder the formation of new social connecting links. Thus, from a child's perspective, the consequences of breaking the family connecting link may entail rejection, guilt, a feeling of unworthiness as far as affection is concerned, as well as fundamental questions can be raised around the child's own life history.

Keywords: Children, shelter, connecting link, family, Winnicott.

INTRODUÇÃO

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA) brasileiro (2015) revelou que cerca de 6.147 crianças e adolescentes estão institucionalizados. Desta forma, o abandono de crianças e adolescentes pode ser considerado um grave problema social. A retirada de uma criança do âmbito familiar faz com que a mesma seja acolhida nas instituições que prestam o serviço de abrigo. De acordo com Ferreira (2014), diversos motivos levam a criança para a institucionalização, entre os principais estão a negligência e o abandono.

O abrigo é um ambiente educador que também provê as necessidades básicas para a criança e/ou adolescente, mas está longe de substituir um ambiente familiar (OLIVEIRA; MACÊDO; SOUZA; ROCHA; CAMPERO; LEITE; PINTO, 2011). De acordo com Silva e Aquino (2005, p. 186), o abrigo pode ser conceituado da seguinte maneira:

Abrigos – ou orfanatos, educandários e casas-lares – são instituições responsáveis por zelar pela integridade física e emocional de crianças e adolescentes que tiveram seus direitos desatendidos ou violados, seja por uma situação de abandono social, seja pelo risco pessoal a que foram expostos pela negligência de seus responsáveis. Em sentido estrito, “abrigo” é uma medida de “proteção especial” prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente e definida como “provisória e excepcional” (ECA, art. 101, parágrafo único). Aqueles que, em casos extremos, necessitam permanecer afastados de suas famílias até que as condições adequadas de convivência se restabeleçam devem encontrar nas instituições de abrigo um espaço de cuidado e proteção.

Sabemos que família é um grupo social diferenciado, ou seja, é o primeiro grupo social que irá proporcionar o desenvolvimento da personalidade do sujeito, fazendo com que o mesmo possa se constituir enquanto pessoa. Os membros familiares são caracterizados pela lealdade, nutrem sentimentos e emoções uns pelos outros (Macedo, 1994). A família seria este primeiro ambiente que propicia a criação de vínculos. Desde muito cedo o sujeito cria vínculos que o unem a algo ou alguém. Posteriormente, irá se constituir através dos vínculos constituídos. Zimmerman (2004, p. 398) define:

O termo "vínculo" tem sua origem no étimo latino vinculum, que significa, uma atadura, uma união duradoura [...] também o conceito de "vínculo" alude alguma forma de ligação entre as duas partes que a um mesmo tempo, estão unidas e inseparáveis, apesar de que elas apareçam claramente delimitadas entre si.

Diante da realidade de diversas crianças e adolescentes que vivem seu cotidiano no abrigo, longe da estrutura familiar, é necessário verificar o tipo de vínculo que se estabelece e pensar também em suas possíveis repercussões. Apoiada na teoria Winnicottiana, Klein (2011) diz que quando o ambiente não é propício para a criação do vínculo entre mãe e bebê,

o ego que ainda é imaturo poderá ser enfraquecido, colocando em risco o aniquilamento de si mesmo, prejudicando a constituição do sujeito. O próprio Winnicott (1975) afirma que a ausência da função parental pode desencadear dificuldades no processo de desenvolvimento da criança e na constituição de sua subjetividade.

O estudo da subjetividade relacionado à particularidade de sentimento de abandono, de rejeição, bem como de sua elaboração em decorrência do rompimento vincular pode ser considerado como instrumento central para análise do social e também como agente de transformação, pois retrata a realidade da criança institucionalizada. Deste modo, este estudo tem como objetivo principal descrever as repercussões que podem ser geradas em função do rompimento do vínculo entre a criança e o ambiente familiar, levando-a ao acolhimento institucional, que deverá lhe proporcionar um ambiente acolhedor e que supra sua vulnerabilidade em função de sua reconstituição e reconstrução de vínculos.

O referencial teórico utilizado é a psicanálise Winnicottiana, sendo este um autor que desenvolveu diversos conceitos importantes para compreender como ocorre a vinculação e constituição do sujeito, essenciais para o psicólogo identificar as formas de atuação e intervenção, dentre estes, o pleno desenvolvimento e integração das crianças e adolescentes institucionalizados junto à sociedade.

Corroborando com a temática estudada, este artigo visou fazer um levantamento do que tem sido publicado nos últimos anos. Portanto, se caracteriza como um estudo qualitativo, baseado em uma revisão bibliográfica nas bases de dados do Google Acadêmico e Scielo, além de livros sobre a temática e a legislação vigente. De um total de 76 trabalhos científicos encontrados, somente 16 puderam ser selecionados para a revisão. Considerando os critérios de inclusão, foram selecionados os estudos qualitativos, com abordagem psicanalítica e que descreveram o vínculo, a agressividade associada ao abandono e o cotidiano vivenciado por crianças institucionalizadas em abrigos.

DESENVOLVIMENTO

Vínculo, função familiar e ambiental

Segundo Barros e Fiamenghi (2007), o bebê precisa de um cuidador para as necessidades básicas e é necessário que ele se sinta seguro para poder se constituir enquanto ser humano. A proximidade da mãe com o filho é propícia para a criação do vínculo e,

posteriormente, a criança terá a capacidade de manter as relações interpessoais. Se a mãe ou responsável se apresentar de forma instável e insegura diante das necessidades do bebê, gerarão o apego inseguro que futuramente acarretará no medo de perder a pessoa ou objeto que está se relacionando. Para Miura (2014) é função materna o cuidado com o seu bebê, mas, ao mesmo tempo, a mãe deverá permitir que o filho busque soluções para as suas próprias carências e necessidades. Desta forma, será uma mãe suficientemente boa, pois não haverá ausência ou excesso de cuidado e o bebê terá um equilíbrio para desenvolver-se de forma adequada.

A construção do vínculo entre mãe e bebê é carregada de emoção e se dá nos cuidados físicos e emocionais: está presente no calor humano, na tonalidade da voz da mãe, no olhar que ela direciona para o bebê, no ato de tocar em seu filho e sorrir para ele. Com o passar do tempo, a relação estabelecida vai mudando e se configurando de formas diferentes. A mãe precisa ter empatia para entender quais são as novas necessidades, emoções e sentimentos de seu filho. Desta forma, a mãe torna-se suficientemente boa, pois acolhe as angústias do bebê e, ao mesmo tempo, ajuda-o a superar seus sofrimentos. A mãe pode errar, pois é humana e não existe uma forma correta e única para criar um filho, mas é importante que ao notar suas falhas tente consertá-las, para que o bebê se sinta amado e seguro integrando suas ideias que ainda são fragmentadas (KLEIN, 2011, p. 5). A mesma autora discorre sobre a forma como o bebê percebe a mãe da seguinte maneira:

Ao olhar para essa mãe que cuida, segura e acolhe, o bebê ainda apresenta uma visão fragmentada, mas ele vê o rosto da mãe, e os sentimentos que ela lhe transmite é a maneira como ele consegue se perceber. O pequeno bebê encontra no rosto da mãe o amor materno e a gratificação que ela sente por ter dispensado o cuidado. Logo, o lactente estará também expressando em sua face a certeza de ser um ser amado, e que é capaz de amar também. Essa troca, quando realizada, proporciona uma satisfação pra ambas as partes e contribui muito para o desenvolvimento do eu (*self*), o fortalecimento do ego e do equilíbrio psíquico do bebê.

O pai também possui uma função importante no que diz respeito à vinculação. Conforme o bebê vai crescendo e suas relações vão sendo configuradas, cria vínculos com o pai e depois amplia seu círculo de relacionamentos com outras pessoas que convivem com o mesmo (KLEIN, 2011).

Martins (2013), também tomando como base a teoria winnicottiana, discorre sobre a importância do pai no processo de amadurecimento e na inserção desta criança à cultura como resultado do concernimento, o desenvolvimento da confiança, em desejar e externalizar sua singularidade dentro do contexto coletivo, atuante pela independência e autonomia, não entendendo este pai como modelo passivamente imitável. Desta forma, a gratidão é a base

satisfatória que a criança demonstrará em decorrência de seu reconhecido direito de ser amado. O próprio Winnicott (2014, p. 130) menciona que “se o pai estiver presente e quiser conhecer o próprio filho, este é uma criança de sorte, e nas circunstâncias mais felizes o pai enriquece, de maneira abundante, o mundo do próprio filho”.

Segundo Golse (2003), existe uma importância da narratividade como vivência relacional para o bebê, de ter uma história e inserir-se na dupla filiação (paterna e materna), vivendo a afiliação. O autor (2003, p. 101) discorre da seguinte forma: “filiação e afiliação se acham mutuamente numa relação dinâmica dialética [...] a filiação permite a afiliação, e a afiliação permite a inscrição na filiação”. Golse (2003, p. 101) também ressalta que “a história se co-constrói entre as crianças e os adultos; é fruto de uma co-escritura ativa e é o ponto sobre o qual eu desejo insistir, na medida em que, a narratividade, ela mesma, encontra-se como produto de interações precoces”.

A narrativa produz interações entre o bebê e o adulto, a considerar como questões importantes, o cruzamento de fatores endógenos da criança, como seu temperamento e estrutura cognitiva, e exógenos, provenientes de suas vivências no ambiente onde está inserida, que influenciam para o crescimento e maturidade psíquica desta, desenvolvendo, também, a capacidade de expressar, por si só, a própria história. É o meio de troca de informações entre adultos e crianças, onde um conta sua história ao outro, gerando uma interiorização progressiva do discurso do outro, que resulta numa reciprocidade de projeções; o adulto, sobre suas representações infantis que provoca a identificação ou não à projeção relacional precoce que o bebê possui com base em seus primeiros contatos (GOLSE, 2003). As representações das experiências de interação generalizadas, vivenciadas pelos bebês, também caminharão para sua constituição subjetiva, que ocorrerá por volta de seus 18 meses de vida, dentro do modelo ambiental em relação à “interiorização de uma mãe suficientemente contínua” (GOLSE, 2003, p. 71), no que diz respeito à sua disponibilidade em capacitar a ligação entre a criança e a narratividade que definirá a esta a qualidade do apego seguro ou não.

A criança deverá ter sentimentos ambivalentes, como o amor e o ódio, para aprender a fazer a reparação e equilibrar-se em relação ao que é real e o que é fantasia (MIURA, 2014). A família é, portanto, considerada o primeiro grupo social que irá proporcionar um ambiente seguro e protetor para a criança desenvolver-se adequadamente. Sendo assim, poderá criar o vínculo com a pessoa ou objeto, e através dos fatores econômicos e/ou culturais providos pela família, irá construir sua identidade e se constituir como ser humano (BARROS; FIAMENGHI, 2007).

Golse (2003, p. 101) enfatiza a importância da constituição histórica com a seguinte citação:

Antes de ir mais longe no meu objetivo, acrescento que a história é, em todo lugar e sempre, o alvo de todas as ditaduras, dado que priva os seres de sua história e talvez esteja aí a essência mesma da violência. Essa observação é crucial para todos aqueles que cuidam de bebês (mas não somente para eles) e cada vez que, nos modelos psicológicos ou psicopatológicos, esquecem da história, nós experimentamos o risco da violência teórica redutora e altamente prejudicial.

Levando este fato em consideração e atribuindo o estudo ao cenário institucional, levanta-se um questionamento: as crianças institucionalizadas, sem um olhar de interação que carregue consigo o intuito da troca de experiência das representações do outro, perderiam um referencial para projetar suas próprias representações?

Golse (2003) também postula a respeito da interação entre as histórias, do adulto, vivida, e da que está em constituição, do bebê, e da formação de uma terceira, que deverá servir como laço de união entre as duas primeiras para a criação de algo novo, possibilitando, assim, uma criação interativa. A falta do laço de interações entre as histórias faz com que as experiências permaneçam contíguas, sem a necessária separação das experiências sensoriais e interativas.

Para a psicanálise, a narratividade possui uma dimensão defensiva ao trauma, tendo em vista que a impossibilidade de contar e de se contar provoca o trauma, além de sê-lo, por si só. Além da defesa, denota um caráter criativo, levando em consideração que, na ausência do objeto, utiliza-se da simbolização, aspectos que contribuem para a construção do self (GOLSE, 2003).

Para Nery (2003), o vínculo e a afetividade geram comportamentos e ações que estão diretamente ligados ao processo de homeostase, que consiste em gerar o equilíbrio do corpo humano através da realização adequada das funções orgânicas, encontrando assim, a estabilidade. Para ter seu desenvolvimento adequado, o bebê precisa ter suas necessidades satisfeitas para gerar vínculos, ter e realizar seus desejos, além de criar expectativas acerca do outro. O bebê é transformado através das interpretações que faz das experiências adquiridas com o mundo e a relação de vínculo criada com os pais e/ou cuidadores. A autora elucida em sua obra:

O estabelecimento de um vínculo pressupõe a intersubjetividade, a interpsique, a troca de conteúdos conscientes e inconscientes, tais como emoções, fantasias, imagens, sensações, pensamentos, sentimentos, intuições, estados emocionais, que estão dispersos nas diversas formas de linguagem. (Nery, 2003, p. 22)

Zimerman (2010, p. 212) cita o reconhecimento como sendo o quarto vínculo, de acordo com a respectiva ordem: amor, ódio, conhecimento e reconhecimento. O reconhecimento de si mesmo refere-se ao momento de entendimento da diferenciação entre o eu e o não-eu. Em seu estágio narcísico primário, quando não bem-sucedido, vivencia a dificuldade de separação entre o eu e o reconhecimento do outro, fator identificável através das projeções direcionadas aos demais indivíduos. O quarto vínculo refere-se ao reconhecimento dos outros. Aqui os autores utilizam o referencial de Melanie Klein para descrever o fenômeno das frustrações e total compreensão do objeto, visando o simbolismo das vivências e capacidade do pensamento. O sujeito é reconhecido pelo outro a partir da diferenciação, nomeação e de seu olhar.

Winnicott (1990) sugere que as falhas da mãe para com seu bebê extinguem a existência deste, fazendo com que o mesmo possa vir a apresentar uma falha na organização egóica. A constituição da personalidade da criança está diretamente ligada à criação do vínculo que ocorrerá através da relação que se estabelece com o outro, ou seja, o jeito de pensar e agir do sujeito será resultante da qualidade da criação do vínculo estabelecido (ZIMERMAN, 2010).

A criança, quando submetida à privação das necessidades básicas dentro do contexto familiar, pode desenvolver uma tendência antissocial em resposta a esta falta, a ser considerada como uma criança desajustada. Ele revela que a família é o ambiente mais adequado para a criança desenvolver-se. Mas, diante do abandono, da pobreza extrema, da falta de recursos, da violência, da negligência, entre outros fatores, o abrigo torna-se uma drástica medida de proteção. Ao mesmo tempo em que a família deve proteger a criança, também pode tornar-se um espaço conflituoso para sua vivência e violação dos seus direitos (WINNICOTT, 2005).

Institucionalização e o rompimento do vínculo infantil

A Constituição Federal Brasileira de 1988 declara a garantia dos direitos e também da proteção de crianças e adolescentes. Já a Lei nº 8.069/1990 regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que visa a proteção integral à criança e ao adolescente, declara quais são os direitos infantis, os órgãos prestadores de assistência, quais são as sanções aplicadas em resposta aos atos infracionais e quais são os tipos de crimes que acometem a infância. O Decreto nº 6.230/2007 reafirma o compromisso pela diminuição da

violência contra crianças e adolescentes e o Decreto nº 6.231/2007 “institui o Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM”, com o intuito de proteger os indivíduos que sofrem ameaças em âmbito nacional conforme está previsto na Lei nº 8.069/1990.

Miura (2014) discorre que diante de qualquer sinal de violência que a criança e/ou adolescente possam estar sofrendo, é necessário acionar as autoridades locais (polícia, ministério público, conselho tutelar, entre outros) para que sejam tomadas as providências necessárias.

Tinoco e Franco (2011) mencionam o contexto temporário ou definitivo de separação da criança de seus pais, sejam estes relacionados à violência, negligência, abuso, abandono, dentre outros. Dentro das vivências pelas quais a criança será submetida, pensando na separação definitiva, caso não haja alguém que se responsabilize por seus cuidados, esta será encaminhada para um abrigo provisório até que se encontre uma solução para o problema em questão.

Mirabete (1980, p. 147) apud Ferreira (2014, p. 152) conceitua a negligência que é entendida como “a falta de cuidado, a indiferença, do responsável, que, podendo tomar as cautelas exigíveis, não o faz por displicência ou por outros motivos”. Já o abandono, pode ser conceituado como o “desamparo da pessoa que está sob cuidado, guarda, vigilância ou autoridade e que por qualquer motivo é incapaz de defender-se dos riscos resultantes do abandono” (FERREIRA, 2014, p. 154).

Segundo Nascimento (2012), diante da Lei Federal nº 8.069/90, que regulamenta o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fica impedido, através do Artigo 23, o abandono da criança ou adolescente por pobreza. Nascimento (2012) faz uma crítica em sua obra, dizendo que atualmente “não se retira [a criança] por pobreza, mas por negligência, e são os pobres os considerados negligentes”.

Muitos casos de encaminhamento de crianças para abrigos estão relacionados ao uso de psicoativos por parte de seus cuidadores e pais, bem como problemas psíquicos e intelectuais. Estes fatores podem gerar discussões acerca do risco da quebra de vínculo familiar (BERGER, 2005). Já a violência intrafamiliar contra a criança e/ou adolescente é considerada situação de risco e pode ocorrer de forma física, verbal, sexual, psicológica, negligência e abandono, trazendo prejuízos para o desenvolvimento saudável do sujeito e dificultando a constituição da personalidade, da identidade e a relação interpessoal (MIURA, 2014).

Albornoz (2001/2006) apud Feijó e Oliveira (2014) contextualiza que o abrigo carrega a função de acolhimento as crianças desamparadas, porém, não impede que estas sofram privações de relações de afeto pelo fato de não fazerem parte de um contexto familiar padronizado e essa privação será inconscientemente carregada e somada à formação da identidade do indivíduo. O psiquismo da criança carregará as angústias que ela vivenciou em decorrência de suas experiências privativas e da defasagem na qualidade dos cuidados aos quais foi submetida durante seu período de acolhimento institucional.

Para Tinoco e Franco (2011), a criança, destituída de seu ambiente familiar vivenciará o luto, e agora, dentro de um novo ambiente que será responsável por seu zelo, o abrigo, deverá passar por um processo de readaptação para que possa, então, atribuir significado às suas perdas e, novamente, agir em função da construção de novos vínculos satisfatórios. Tudo será novo nesta experiência pela qual deverá adaptar-se, desde o ambiente, as pessoas, nova regras e hábitos e até mesmo os brinquedos que possuía em seu antigo lar, dentre outras questões. A criança poderá se sentir deslocada em função dessas mudanças.

No coletivo, todos têm acesso a tudo, sem que a privacidade individual seja respeitada e privada. Sendo assim, diante desse contexto, a criança irá fazer uma releitura de sua territorialidade, encontrará algo que seja seu e a que ninguém tenha acesso, pode ser a cama, um armário para guardar roupas e bens, um canto, um objeto ou algo que ela mesma se aproprie. A criança irá registrar a sua “marca pessoal” no objeto, reconhecendo e incorporando o mesmo, fazendo associação a sua identificação pessoal (FEITOSA, 2011).

Antes de ir para o abrigo, a criança e/ou adolescente possui uma história de vida subjetiva e particular que é perdida pelo cotidiano coletivo institucional. Vivenciará novas rotinas, regras e costumes, perdendo sua referência familiar, do lar, espaços de brincadeiras, raízes étnicas, éticas e culturais. Suas expectativas, desejos e sonhos podem ser comprometidos ou excluídos da nova realidade no abrigo. Em contrapartida, esses indivíduos, podem ter um sentimento de pertencimento ao grupo que está inserido no abrigo, valorizando e recriando os espaços da instituição, os colegas e cuidadores. Desejos de retornar para o seio familiar de origem ou de ser adotado por uma família substituta também podem emergir (FEITOSA, 2011).

No abrigo, o cuidador e/ou voluntário possuem a função de mediadores dos comportamentos infantis, ajudando a criança a regular as emoções e sentimentos. Ao ser privada de vivenciar uma relação de cuidado e proteção será prejudicada na criação do vínculo e também em seu desenvolvimento (BARROS; FIAMENGHI, 2007).

O abrigo é um ambiente educador que também provê necessidades básicas para a criança e o adolescente, mas não substitui um ambiente familiar, pois nota-se que as relações estabelecidas nessas instituições são baseadas na repreensão e autoritarismo, muitas vezes com ausência de relações afetivas, contato físico e intimidade. Um número grande de crianças é distribuído para poucos cuidadores e/ou voluntários, fazendo com que essas crianças não tenham uma assistência individualizada e adequada para as suas necessidades, o que pode gerar defasagens em seu desenvolvimento. Porém, o abrigo não pode ser considerado algo que gere grandes prejuízos para a criança e/ou adolescente institucionalizado, pois a vivência na instituição pode fazer com que haja a superação, maximizando o seu fortalecimento e sua resiliência. Sendo assim, serão protagonistas de seus desejos e sonhos, escolherão uma profissão, poderão desejar se casar e até mesmo constituir uma família (BARROS; FIAMENGI, 2007; OLIVEIRA et al., 2011).

O ambiente em que essas crianças estão inseridas pode não ser o mais adequado para o desenvolvimento de suas emoções e a criação do vínculo, pois os cuidadores podem dirigir-se a elas com atitudes hostis, ameaças, abuso de poder e autoridade, punições físicas e ausência da manifestação do afeto. Essas crianças podem estar carentes de afeto e contato físico, em busca da criação do vínculo que propicie o seu desenvolvimento (OLIVEIRA et al., 2011). No entanto, o abrigo tem função protetiva em tirar a criança da situação de risco em que se encontrava e, de certa forma, também propicia formação de vínculos.

Muitas vezes, os sujeitos institucionalizados não são vistos e ouvidos pelos cuidadores em prol da ordem disciplinar e da organização no abrigo. É necessário que os adultos que convivem com essas crianças e/ou adolescentes tenham capacidade de escuta e observação para identificarem quais são as necessidades e desejos manifestos e latentes contidos nas falas e atos do dia-a-dia (FEITOSA, 2011).

De acordo com Hamad (2001), as crianças e adolescentes que vivem em abrigos esperam voltar para suas famílias de origem ou serem adotadas por candidatos à adoção. Porém, os critérios de adoção são burocráticos e, por vezes, o processo pode ser longo. Os casais passam por entrevistas com diversos profissionais (assistente social, psicólogo, psiquiatra, entre outros) durante o período de adoção, a fim de investigar se os mesmos preenchem os critérios requeridos e se poderão ser bons pais. No caso da adoção, diversos tipos de candidatos estão aptos a suprir as necessidades básicas e psicológicas de uma criança; muitos optam pela adoção em função da impossibilidade de gerar um filho com a mesma herança genética, pelo desejo de se tornarem pais ou por alguma outra razão. Estes candidatos podem ser homoafetivos, idosos, mulheres ou homens solteiros, entre outros. Para Hamad

(2001), é importante ressaltar que candidatos à adoção devem ter maturidade e disponibilidade para acolher em todos os aspectos necessários a criança como sujeito pertencente à família, suprimindo os desejos conscientes e inconscientes da paternidade e/ou maternidade. O processo de adoção é recíproco entre candidatos e crianças, ou seja, a família adotará o filho bem como este também adotará a família. Ao ser adotada pela nova família, a criança deverá se identificar com os novos pais, desejando tornar-se objeto do seu gozo.

Farias (2012) considera que o afeto e a proteção que os cuidadores podem fornecer àqueles que vivem no abrigo tornam-se essenciais para que ocorra de forma equilibrada e saudável o bem-estar biopsicossocial. Hillesheim e Cruz (2008) afirmam que a criança e o adolescente não podem estar em situação de risco e vulnerabilidade social. A sua integridade deverá ser protegida por políticas sociais articuladas pelo Estado e sociedade civil, excluindo a possibilidade de gerar prejuízos físicos, psicológicos e morais causados pela sua família, sociedade e governo.

A destituição familiar e a atuação da instituição

Como já citamos, são inúmeras as repercussões causadas em decorrência da privação infantil a um contexto familiar seguro, dentre elas, reações adaptativas ou não. Corroborando com os autores já discutidos, Hamad (2001) diz que a criança se constituirá como ser humano, criando vínculos com seus pais ou cuidadores e, posteriormente, já na idade adulta, poderá trabalhar, casar, ter filhos, entre outros. Porém, o fato de ter sido abandonada irá trazer repercussões em seu cotidiano, como questionar-se sobre sua história de vida, quais foram os motivos que levaram sua mãe biológica a entregá-la para outra família, se é parecida fisicamente ou não com seus pais biológicos, entre outros.

A criança vivencia três estágios em decorrência da separação de sua mãe: protesto, desespero e desvinculação, que se desenvolvem a partir da esperança de um suposto retorno da figura materna, o desespero frente à perda desta expectativa e, por fim, o aparecimento de comportamentos agressivos (BOWLBY, 1989).

De acordo com Barros e Fiamenghi (2007), o abandono desperta na criança sentimentos ligados a tristeza, raiva e muita mágoa. Em função disso, a criança que já viveu com sua família biológica antes de ir para o abrigo pode responder de forma agressiva aos eventos ocorridos em seu cotidiano, pois ela já veio de um ambiente agressivo e não sabe responder de outra forma. Para Miura (2014), comportamentos agressivos como mordidas,

cuspes, tapas, xingamentos, chutes e beliscões podem ocorrer com frequência em alguns casos, pois, as crianças passaram e passam todos os dias por diversas situações que demandam a expressão da agressividade.

Winnicott (2014) ressalta que a agressividade está presente em todos os indivíduos e é um comportamento primitivo, porém, manifesta-se ou não de maneira diferenciada em cada um, levando em consideração as diferentes formas que cada pessoa possui para lidar com seus conflitos. Estes comportamentos manifestam-se por diversas razões, dentre elas, a privação durante a infância do indivíduo, carregado da necessidade de estabilidade e segurança nesta etapa da vida, considerando, também, que este se encontra em processo de desenvolvimento emocional. Investe no pressuposto da carga de responsabilidade de fatores ambientais. Winnicott (1939/2014, p. 93) descreve a agressão da seguinte forma: “Amor e ódio constituem os dois principais elementos a partir dos quais se constroem as relações humanas. Mas amor e ódio envolvem agressividade. Por outro lado, a agressão pode ser um sintoma de medo”.

A agressividade, além de uma “fonte de energia” (p. 103), é uma das maneiras que a criança tomará para lidar com suas frustrações. No que diz respeito à reação aos problemas vivenciados, tudo dependerá da maneira como cada criança irá lidar com suas questões, podendo, ou não, expressar sua agressividade externamente (WINNICOTT, 1964/2014).

Segundo Oliveira et al. (2011), quando o indivíduo chega no abrigo, passa por um processo de adaptação que pode ser mais rápido ou demorado, dependendo do tempo de cada criança e/ou adolescente para se acostumar com o local, rotinas, pessoas, alimentos, entre outros. Durante essa etapa, o sujeito pode apresentar choros, isolamento, irritabilidade, retraimento social, agitação, agressividade, entre outros fatores que podem trazer prejuízos significativos para os aspectos biopsicossociais da criança.

A interrupção do processo de adaptação no ambiente de acolhimento, bem como a troca do ambiente e demanda de readaptação provocarão vivências constantes da perda e de novas elaborações de luto. Winnicott (1947/2014, p. 62) descreve a tendência ao comportamento antissocial frente à dificuldade de adaptação, com base nos fatos observados, da seguinte forma: “[...] também havia, é claro, as provas mais óbvias de angústia, como por exemplo explosões maníacas, fases depressivas, crises de mal humor, comportamento excêntrico e insano, e deteriorização da personalidade, com falta de interesse pelas roupas e pela higiene pessoal”.

Estes comportamentos e sintomatização são contestados como reações ao fracasso do ambiente/lar onde a criança ingressou, levando, também, com consideração, vivências

negativas desses sujeitos dentro do lar biológico, do qual foram destituídos. Winnicott (1947/2014, p. 63) dirá, frente ao cenário de guerra ao qual desenvolveu sua teoria sobre as repercussões da separação da criança ao âmbito familiar:

Com efeito, coube ao psiquiatra chamar a atenção para o fato de que as crianças estavam seriamente afetadas pela evacuação e de que quase todas tinham razões pessoais para não poderem achar que os bons alojamentos fossem bons; enfim, mostrar, de fato, que esses colapsos na evacuação ocorriam, em sua maioria, em crianças provenientes de lares instáveis, ou em crianças que nunca tinham tido em seus próprios lares um exemplo de bom ambiente.

Dentro da instituição, esses indivíduos moram com diversas outras crianças e tiveram que aprender a resguardar tudo o que lhes pertencem – brinquedos, sentimentos, lembranças e desejos (BARROS; FIAMENGHI, 2007). O período de adaptação citado acima é chamado de “processo de integração” na teoria winnicottiana, sendo caracterizado por três etapas: 1) a criança apresenta um bom comportamento, pois idealiza de forma exagerada os funcionários, cuidadores e outras crianças do abrigo; 2) o sujeito começa a apresentar um comportamento inadequado a fim de testar as pessoas presentes em seu cotidiano, faz jogos de manipulação para colocar os adultos uns contra os outros; e 3) se os adultos suportarem a segunda fase, a criança se sentirá aliviada, criará vínculos e poderá ter um sentimento de pertencimento no grupo em que está inserida (MIURA, 2014).

Assim como fariam dentro de um ambiente familiar biológico, as crianças que vivem em instituições de acolhimento testarão seus cuidadores e o ambiente em um movimento de reforçar a segurança e esperança que lhe foram tiradas, até que se sintam pertencentes ao grupo (WINNICOTT, 1947/2014). O autor (1947/2014, p. 79) postula que:

Quase todas as crianças passam por um breve período de bom comportamento logo que chegam. É uma fase perigosa, porque o que as crianças veem no supervisor e no pessoal é o seu ideal do que deveriam sem um bom pai e uma boa mãe. Os adultos tendem a pensar: Esta criança está vendo que somos bons e confiará facilmente em nós. Mas ela não está vendo que eles são bons; na verdade está simplesmente imaginando que são bons. É um sintoma de doença acreditar que qualquer coisa possa ser 100% boa, e a criança começa com um ideal que está destinado a desmoronar.

Porém, segundo Rygaard (2008) apud Golin e Benetti (2013), as crianças que são submetidas ao abandono podem apresentar dificuldades em suas próximas relações de apego. David e Appell (1964) apud Golin e Benetti (2013) discorrem sobre a diminuição da falta de investimento externo pela aproximação de outrem quando não atendidas pelos colaboradores das instituições.

A estigmatização também se faz presente na vida das crianças e dos adolescentes institucionalizados desde a falta de registros a respeito de sua história dentro das próprias instituições. Moreira, Bredan, Carello e Passos (2013) abrem discussão sobre o cenário das instituições de acolhimento infantil temporário e da falta dos registros históricos das crianças que lá residem, de sua vida pré-acolhimento, do motivo pelo qual ingressaram naquele ambiente, em particular; o acolhimento tornou-se algo tão natural que é encarado desta mesma maneira. As crianças não são tratadas em sua singularidade, o que seria de grande valia e consideração para que intervenções mais direcionadas fossem aplicadas caso a caso, visando o encaminhamento destas para uma nova família ou o retorno à família biológica. Para Moreira et al. (2013), ao contrário do que se discute, não passam de “tutelados pelas políticas públicas” (p. 63), são intituladas dentro do contexto do acolhimento, são as crianças abrigadas, nomeadas e tratadas como tal, “desaparecem no registro de suas histórias” (p. 64).

Hillesheim e Cruz (2008) sugerem que a abordagem dos profissionais da saúde deve ser preventiva a fim de verificar se a criança poderá ter prejuízos físicos, psicológicos e/ou morais, evitando o surgimento de acontecimentos que prejudiquem a criança em algum aspecto do seu desenvolvimento. A abordagem preventiva também poderá evitar o abandono das crianças em abrigos, pois poderá ser trabalhada com antecedência pelos profissionais com a família e a criança.

Winnicott (1947/2014) relata sobre a importância de uma reconstituição de lar que responda às necessidades e dê as bases necessárias de uma estrutura positiva para a formação da relação que a criança fará com a realidade externa, a fim de provocar o desenvolvimento saudável de sua personalidade, a descoberta dos impactos causados por sua destrutividade, o discernimento entre certo e errado com relação aos seus impulsos, entre outras questões. Winnicott (1947/2014, p. 78) descreve:

Uma vez que se reconhece o quanto o sentimento de segurança de uma criança está intimamente vinculado às suas relações com os pais, torna-se óbvio que ninguém mais lhe pode dar tanto. Toda criança tem direito de crescer num bom lar, e ver-se privada disso é uma desgraça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para Winnicott (2005), a criança deverá ter suas necessidades atendidas pelo outro, precisará sentir os impulsos e apropriar-se deles para desenvolver-se de forma saudável e constituir-se como sujeito. A família é o ambiente favorável para que isso aconteça, mas como temos discutido ao longo deste trabalho, quando a família não faz sua função, o Estado,

através das leis protetivas da infância, intervém, a partir da institucionalização. O abrigo ao mesmo tempo em que protege, também, por suas características, dificulta a formação de vínculos, o que traz repercussões no desenvolvimento infantil.

Corroborando com o exposto acima, ressaltamos a importância da formação de vínculos saudáveis durante o processo de constituição da criança, que deverá sentir-se, durante todo seu processo de desenvolvimento, em um ambiente seguro e provedor, pronto para responder de acordo com suas demandas e necessidades, sejam elas biológicas ou emocionais. Dentro da construção do vínculo, a narrativa virá com o intuito da troca de experiências entre a história do cuidador e a da criança, que se capacitará a formar uma terceira história a partir de suas projeções perante a recepção do adulto responsável por ela. A constituição do vínculo propiciará à criança a capacidade de expandir suas relações sociais.

A criança que passa por rupturas vinculares, seja por negligência, abandono e/ou violência familiar, poderá apresentar certas dificuldades na formação de novos vínculos, além de se sentir rejeitada, culpada e até mesmo, ter a sensação de que não tem o direito de ser amada pelo outro, bem como tecer questionamentos sobre sua história, como o motivo pelo qual foi abandonada por seus familiares, gerando comportamentos agressivos como defesa contra novas experiências que lhe tragam estes mesmos sofrimentos ou, até mesmo, por não saber como agir de maneira diferente, em decorrência de suas vivências, como discutido dentro do cenário da institucionalização infantil. Porém, não se pode generalizar a agressividade como sintoma perante tais fatos; a adaptação a novos meios e a experiência que cada criança vivencia são distintas e sua resposta à ausência da figura de seus responsáveis biológicos poderá ser suprida, sem grandes repercussões, quando inserida em um ambiente que lhe proporcione segurança para a constituição de novos vínculos, sejam estes em instituições de acolhimento ou dentro de uma nova família, repercutindo em superação e resiliência.

Sentir-se abandonado, rejeitado e impotente é uma descrição subjetiva, que caberá à criança, dentro de suas capacidades e limitações, dizer-nos a respeito. É importante ressaltar que todos os seres humanos irão se sentir abandonados e rejeitados em algum momento da vida; porém, diferentemente do cotidiano das crianças institucionalizadas em abrigos, o abandono e a rejeição são momentâneos e passageiros. No entanto, essas crianças possuem esses sentimentos e emoções de forma contínua e, muitas vezes, longa e permanente.

Outra questão importante em casos de acolhimento institucional é a estigmatização. Crianças abrigadas tendem a perder sua individualidade, sua história e passam a ser as “crianças abrigadas”. Este conceito poderá ser encontrado em escolas, por exemplo, onde a

criança terá este olhar diferenciado com relação às demais, seja como justificativa às suas dificuldades escolares ou seus comportamentos “inadequados”. A própria instituição que oferece o acolhimento estigmatiza este indivíduo. Conforme discutido, algumas instituições sequer possuem registros que antecedem o acolhimento das crianças, sua história de vida, o motivo pelo qual foram encaminhadas à instituição, o próprio sobrenome da criança e/ou adolescente poderá apresentar-se incompleto ou incorreto.

Os dados acima mencionados são apenas algumas questões discutidas dentro de um contexto tão amplo de pesquisa e, nesse sentido, apontamos para a necessidade do enfoque em pesquisas com os verdadeiros protagonistas de suas histórias: as crianças. Estudos feitos através da observação de atividades lúdicas e entrevistas para o levantamento de questões relacionadas à maneira como a própria criança lida com suas vivências e sentimentos possibilitam que ela se reinscreva em sua história através das próprias percepções acerca das experiências familiares e também da vivência nas instituições que prestam o serviço de abrigo.

REFERÊNCIAS

- ALBORNOZ, A. C. A infância roubada—enfocando vivências de abuso. **Revista da Saúde**, v. 2, p. 38-45, 2001.
- ALBORNOZ, A. C. **Psicoterapia com crianças e adolescentes institucionalizados**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.
- BARROS, Raquel de Camargo; FIAMENGHI, Geraldo Antônio Júnior. Interações afetivas de crianças abrigadas: um estudo etnográfico. **Ciência & Saúde Coletiva**, Carapicuíba e São Paulo, v. 12, n. 5, p. 1267 – 1276. 2007. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232007000500024>. Acesso em: 19 ago. 2015.
- BERGER, Maria Virgínia Bernardi. Aspectos históricos e educacionais dos abrigos de crianças e adolescentes: a formação do educador e o acompanhamento dos abrigados. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, s/v, n. 18, p. 170 – 185, jun. 2005. Disponível em:
<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/revis/revis18/art17_18.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- BOWLBY, J. **Uma base segura: aplicações clínicas da teoria do apego**. Porto Alegre: Artes Medicas, 1989.
- BRASIL, Constituição (1988). **Diário Oficial da União**. Poder Legislativo, Brasília, DF, 05 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.
- BRASIL. Decreto nº 6.230, de 11 de outubro de 2007. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2007. Seção 1, p. 2. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6230.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BRASIL. Decreto nº 6.231, de 11 de outubro de 2007. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo, Brasília, DF, 15 out. 2007. Seção 1, p. 3. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6231.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

BRASIL. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 1990. Seção 1, p. 18551. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm>. Acesso em: 25 ago. 2015.

DAVID, M.; APPELL, G. Etude des facteurs de carence affective dans une pouponnière. **Psychiatrie de l'enfant**, v. 4, n. 2, p. 207-242, 1962.

FARIAS, L. C. **O fazer psicológico na Casa Lar**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2012. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/40228>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

FEIJÓ, Luan Paris; OLIVEIRA, Débora Silva de. Vulnerabilidade e institucionalização: uma (re)visão histórica acerca das transformações do papel social da criança. **Mostra de Iniciação Científica do CESUCA**, Cachoeirinha, s/v, n. 8, p. 261-268, nov. 2014. Disponível em: <<http://ojs.cesuca.edu.br/index.php/mostrac/article/view/713>>. Acesso em: 17 out. 2015.

FEITOSA, Antônio Genivaldo Silva. **A infância abrigada**: impressões das crianças na Casa Abrigo. 2011. 19 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/35148>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e adolescentes em abrigos: uma regionalização para Minas Gerais. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, s/v, n. 117, p. 142 – 168, jan./mar. 2014. Porto Alegre. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282014000100009&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 ago. 2015.

GOLIN, Gabriela; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. Acolhimento precoce e o vínculo na institucionalização. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, São Leopoldo, v. 29, n. 3, p. 241 – 248,

jul./set. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v29n3/v29n3a01.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

GOLSE, B. **Sobre a psicoterapia pais-bebê: narratividade, filiação e transmissão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

HAMAD, N. **A criança adotiva e suas famílias**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2001.

HILLESHEIM, Betina; CRUZ, Lílian Rodrigues. Risco, vulnerabilidade e infância: algumas aproximações. **Psicologia & Sociedade**, Santa Cruz do Sul, v. 20, n. 2, p. 192 – 199, ago. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v20n2/a06v20n2.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

JUSTIÇA, Conselho Nacional de. **Cadastro Nacional de Adoção**: relatórios estatísticos – 2015. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/cnanovo/pages/publico/index.jsf>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

KLEIN, Gabriela Castro Fernandes. Vínculos e suas implicações nas aprendizagens: contribuições da psicanálise à educação. **Centro Universitário Ritter dos Reis e Sociedade Brasileira de Psicanálise de Porto Alegre**, Porto Alegre, 2011. Disponível em: <http://www.uniritter.edu.br/eventos/sepesq/vi_sepesq/arquivosPDF/28035/2487/com_identificacao/Artigo%20Sepesq%201.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2015.

MACEDO, Rosa Maria. A família do ponto de vista psicológico: lugar seguro para crescer? **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, s/v, n. 91, p. 62 – 68, nov. 1994. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/877>>. Acesso em: 11 out. 2015.

MARTINS, André. Reflexões sobre as funções do pai na inserção da criança na realidade partilhada a partir de Winnicott. **Revista Internacional de Psicanálise Winnicottiana**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 2. 2013. Disponível em: <<http://revistas.dwwe.com.br/index.php/We-Prints/article/view/39>>. Acesso em: 17 out. 2015.

MIURA, Paula Orchiucci. Contribuição winnicottiana à terapêutica dos traumas de violência intrafamiliar: intervenção institucional. **Psic. Rev. São Paulo**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 181 –

196. 2014. Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/psicorevista/article/view/22767>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

MOREIRA, Maria Ignez Costa; BEDRAN, Paula Maria; CARELLOS, Soraia Dojas Melo Silva; PASSOS, Ana Paula Carvalho Pereira. As famílias e as crianças acolhidas: histórias mal contadas. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 19, n. 1, p. 59 – 73, abr. 2013.

Disponível em:

<<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9563.2013v19n1p59>>. Acesso em: 17 out. 2015.

NASCIMENTO, Maria Livia do. Abrigo, pobreza e negligência: percursos de judicialização.

Psicologia & Sociedade, Niterói, v. 24, p. 39 – 44, fev./mai. 2012. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000400007>.

Acesso em: 30 ago. 2015.

NERY, M. P. **Vínculo e afetividade: caminhos das relações humanas**. São Paulo: Agora, 2003.

OLIVEIRA, Cecília Olívia Paraguai de; MACÊDO, Daniele da Silva; SOUZA, Leonardo Moura Ferreira de; ROCHA, Nadja de Sá Pinto Dantas; CAMPERO, Pâmela Katherine Nelson; LEITE, Renata Cristina Barros; PINTO, Stella Beatriz Rodrigues. O cuidado à criança em casa de passagem: vivência de estudantes da saúde. **CCNext**, Santa Maria, v. 2, n. 1, jan./jun. 2011. Disponível em:

<<http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:INVWuSpMrZYJ:https://sigaa.ufrn.br/sigaa/verProducao%3FidProducao%3D318744%26key%3Decdb04ad537aed35bdd61377039cc0e1+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

RYGAARD, N. P. **El Niño Abandonado: guía para el tratamiento de los trastornos del apego**. 2008.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro de. Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária. **Políticas sociais: acompanhamento e análise – IPEA**, Rio de Janeiro, s/v, n. 11, p. 186 – 193, ago. 2005.

Disponível em:

<http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO3_Enid11.pdf>.

Acesso em: 30 set. 2015.

TINOCO, Valéria; FRANCO, Maria Helena Pereira. O luto em instituições de abrigamento de crianças. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 28, n. 4, p. 427 – 434, out./dez. 2011.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-166X2011000400003&script=sci_arttext)

166X2011000400003&script=sci_arttext>. Acesso em: 17 out. 2015.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

WINNICOTT, D. W. Agressão e suas raízes. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1939. Capítulo 10. P. 93 – 101.

WINNICOTT, D. W; BRITTON, C. Tratamento em regime residencial para crianças difíceis. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1947. Capítulo 8. P. 59 – 80.

WINNICOTT, D. W. Raízes da agressão. In: WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1964. Capítulo 10. P. 102 – 110.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

ZIMERMAN, D. E. **Manual de técnica psicanalítica: uma revisão**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

ZIMERMAN, D. E. **Os quatro vínculos, amor, ódio, conhecimento, reconhecimento: na psicanálise e em nossas vidas**. Porto Alegre: Artmed, 2010.